

NORMATIVIDADE E INVESTIGAÇÃO

LUIZ HENRIQUE DE A DUTRA

Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq

ABSTRACT

This paper aims at dealing with the problem of normativity as regards naturalized epistemologies. According to Quine's view in "Epistemology Naturalized" normativity is to be ruled out from epistemology altogether. However, some other naturalists and Quine himself in later works revise that doctrine. Particularly, Richard Boyd and Alvin Goldman's stances are reviewed here, in addition to Quine's later view according to which normativity concerns "applied" epistemology. Finally, a further solution is proposed, which stems from an analysis of the pragmatics of investigation. According to this view normativity is a feature of our investigations, it is not related to epistemology as a discipline.

O problema da normatividade é uma das questões centrais ligadas ao debate sobre as epistemologias naturalizadas, desde o manifesto de Quine em "Epistemology Naturalized". Ao argumentar em favor de uma *ciência do conhecimento humano*, Quine se opõe ao normativismo da epistemologia tradicional, reservando para a nova epistemologia um caráter puramente descritivo. Desde então, Quine revisou sua posição, mas a ideia geral que permaneceu associada a seu naturalismo foi a de uma abordagem puramente descritiva, banindo a normatividade.

Com a proliferação de novas propostas de epistemologias naturalizadas, essa questão ganhou contornos muito dife-

renciados Como observa Putnam, outros autores, como Alvin Goldman, pretendendo fazer epistemologia naturalizada na mesma linha adotada por Quine, reintroduziram a normatividade na epistemologia¹ No presente artigo, além da evolução do próprio Quine a respeito desse assunto, vamos analisar as posições de Goldman e também de Richard Boyd Nosso ponto de partida será este último, que também alega colocar seu naturalismo na mesma linha que remonta a Quine Goldman e Boyd são autores naturalistas representativos dos esforços recentes para resgatar aspectos fundamentais, respectivamente, da teoria do conhecimento e da filosofia da ciência tradicionais numa conformação nova — naturalista Contudo, tomando o problema específico da normatividade, que é central nas concepções de epistemologia² naturalizada defendidas por estes dois autores e pelos epistemólogos tradicionais, o que temos a constatar é um desacordo entre suas posições e aquela defendida por Quine não apenas no momento inicial de seu *manifesto*, mas também em suas reflexões posteriores

Nas primeiras seções, discutimos primeiro a doutrina de Boyd a respeito da normatividade da epistemologia, e, mais tarde, as de Goldman e Quine Essas discussões revelam algumas dificuldades importantes para qualquer uma destas posições Na última seção, procuramos então elaborar uma saída para tais dificuldades, relacionando a normatividade não com o caráter da própria epistemologia naturalizada, mas com a natureza da investigação Ou seja, ao discutir como se dá o conhecimento humano, a epistemologia naturalizada, em si, não tem de decidir por uma abordagem ou normativa ou descritiva, mas, assim como qualquer outra investigação, ela assumirá uma postura descritiva ou normativa dependendo das contingências da própria investigação, o que inclui os próprios objetivos com os quais o epis-

temologo faz suas investigações. Isso não depende de uma condição demonstrada ou defendida *a priori*, isto é, antes da própria investigação científica que se quer fazer sobre o conhecimento humano.

Dissolve-se assim a concepção tradicional que identificou o científico com o descritivo e o filosófico com o normativo. Em última instância, perde sentido também a própria demarcação entre filosofia e ciência empírica. A ideia de que uma tal demarcação é inadequada para compreendermos o saber, e de que há uma continuidade entre ciência e filosofia, é, afinal, a ideia central do naturalismo de Quine. É esta ideia que pretendemos retomar, radicalizando-a a ponto de eliminarmos mesmo a distinção entre a ciência propriamente (como quer Quine, isto é, o saber, incluindo a ciência e a filosofia indistintamente), de um lado, e suas aplicações, de outro. Isso resultaria, como veremos, não apenas em naturalizar a epistemologia, mas em *instrumentaliza-la*.

1. Boyd e o justificacionismo *a posteriori*

Para efeito de nossa argumentação no presente texto, consideraremos a posição *oficial* de Quine, inicialmente, em "Epistemology Naturalized," como puro eliminacionismo, ou a tese de que o naturalismo elimina o normativo em favor do puramente descritivo.³ Entretanto, como veremos na seção 3, dentre os autores aqui enfocados, Quine e aquele que apresenta uma evolução mais significativa sobre esse ponto. Consideremos, todavia, por ora, tal eliminacionismo. Segundo ele, uma epistemologia naturalizada — uma ciência empírica do conhecimento humano — não deve ter como tarefa fundamentar as demais ciências empíricas tal como a epistemologia tradicional procurou fazer

desde Descartes até Carnap, mas apenas descrever nossos processos cognitivos

Para cumprir sua tarefa, a epistemologia tradicional abordava o problema do conhecimento humano de um modo *a priori*, isto é, procurava encontrar criterios ou padrões pelos quais pudessemos avaliar nossa produção cognitiva (nossas crenças comuns, por exemplo, ou então nossas teorias científicas) Uma condição para isso é que esses próprios criterios deveriam estar fora do alcance de toda dúvida ou questionamento Mas uma segunda condição fundamental é que esses padrões só poderiam mostrar como derivamos qualquer conhecimento de algum conhecimento básico, este mesmo indubitável Assim, a epistemologia tradicional se atém a dois objetivos principais, que são a identificação de uma base de conhecimento e a elaboração de um método seguro para promover o crescimento do conhecimento As obras dos diversos autores ligados a tradição fundacionalista, entre eles os acima citados, são exemplos eloquentes de empreendimentos deste tipo ⁴

Desde Russell, a concepção tradicional de conhecimento é formulada sinteticamente nos seguintes termos o conhecimento é crença verdadeira e justificada ⁵ A concepção de epistemologia associada a esta concepção tradicional de conhecimento seria a de uma disciplina primeira que nos dá os meios para justificarmos nossas práticas e aquisições cognitivas, ou seja, uma disciplina de caráter eminentemente normativo Nossas crenças ou teorias estarão justificadas na medida em que seguem rigorosamente as regras enunciadas por uma tal epistemologia Seguindo a posição oficial de Quine contra essa concepção fundacionalista da epistemologia, Boyd pretende colocá-la em questão, demonstrando sua impossibilidade Um dos pontos mais interessantes da abordagem de Boyd é que ele coloca o problema não

como uma discussão sobre os princípios que devem guiar nossa elaboração de uma teoria sobre o conhecimento humano, mas como uma questão de fato

Talvez devamos nos perguntar, antes de mais nada, por que, mesmo para um naturalista, a justificabilidade do conhecimento é algo importante. Que o conhecimento seja justificável para o fundacionalista, isso parece fácil de responder, já que decorreria da própria concepção de conhecimento que ele propõe. Podemos falar de nossas crenças comuns (ou de proposições ou enunciados, etc), ou de teorias científicas, mas se entendemos que só o conhecimento aquilo que atende aqueles dois requisitos — a verdade e a justificação —, fica claro por que a epistemologia fundacionalista tradicional é normativista e justificacionista. Pois, neste caso, concordamos em chamar de conhecimento apenas aquelas crenças ou teorias que (1) são verdadeiras e (2) sabemos que são verdadeiras, e nisto consiste sua justificação.⁶ A tarefa da epistemologia seria, então, a de nos apresentar os critérios por meio dos quais, ao estarmos diante de uma teoria ou crença verdadeira, podemos saber que ela é verdadeira. É fácil compreender uma postura como essa porque, obviamente, todos concordariam em afirmar que devemos evitar o erro, e que a verdade, se for atingível, é o objetivo que nosso conhecimento deve almejar. Esse é o próprio tom dos textos cartesianos, como as *Meditações*, o *Discurso do Método* e as *Regras para a Direção do Espírito*, aos quais remonta, como sabemos, a tradição fundacionalista.⁷

Todavia, o sonho tradicional de alcançar o conhecimento nos moldes acima descritos não deve ser encarado como uma idealização tola, como parecem sugerir as discussões de alguns naturalistas. Apesar de seus exageros, podemos dizer, a plausibilidade da concepção tradicional do conheci-

mento decorre da própria observação de nossas práticas cognitivas, e isso é algo que, em princípio pelo menos, muito interessa ao naturalista. Descartes, como sabemos, estava profundamente impressionado com a nova física, de Galileu, e com sua incompatibilidade com a física aristotélica. Se Galileu estava certo, então Aristoteles estava errado, e, mesmo admitindo isso, era preciso mostrar por que mesmo uma tradição milenar pode permanecer no erro. Uma análise de nossas práticas cognitivas ordinárias e da prática cognitiva mais especializada dos cientistas nos revela a mesma preocupação de evitar o erro, e torna, portanto, razoável pensar que o conceito de conhecimento como crença verdadeira e justificada tenha captado pelo menos uma parte importante da noção comum que guia nossas práticas cognitivas.

Assim, a necessidade de justificação que associamos ao conhecimento parece não decorrer de uma visão idealizada da ciência e do conhecimento ordinário, mas da observação de como essas próprias práticas cognitivas se dão. Seguir normas e justificar cada passo da investigação, pelo menos a primeira vista, parece ser um aspecto fundamental de nossas práticas cognitivas. E, neste caso, o próprio fundacionismo dos filósofos tradicionais pode ser interpretado como uma tentativa de tornar lei aquilo que já era praticado. E é exatamente uma interpretação desse tipo que subjaz a abordagem de Goldman, como veremos na próxima seção.

O problema para Boyd, no que diz respeito à prática cognitiva mais especializada que encontramos nas disciplinas científicas, é que a epistemologia tradicional talvez tenha se distanciado dela demasiadamente. Assim, o naturalismo é, em primeiro lugar, uma volta à observação da ciência real.⁸ E este talvez seja o caminho mais cômodo para entendermos o realismo naturalista de Boyd, que é uma

doutrina extremamente complexa, cuja apresentação em poucas linhas resulta sempre incompleta e demasiado esquemática⁹ Mas a observação da ciência real, segundo Boyd, é o exame da tradição consolidada de determinadas ciências maduras e seu sucesso¹⁰ O que, então, o olhar sobre a história das ciências maduras nos revela?

Segundo Boyd, a imagem que resulta do desenvolvimento das ciências e a de uma tradição científica que evolui de modo dialético, isto é, o conhecimento científico e um processo de acomodação entre pensamento e realidade, no qual sucessivamente nossas teorias mostram de maneira cada vez mais exata como o mundo é, tanto em seus aspectos observáveis quanto naqueles que são inobserváveis Isto é possível, diz Boyd, porque utilizamos métodos de investigação que estão baseados em teorias científicas consolidadas na tradição, teorias que são aproximadamente verdadeiras Por sua vez, estes métodos, sendo apropriados para investigar o mundo real, já que decorrem de teorias que, aproximadamente, o descrevem de modo adequado, permitem fazer novas descobertas sobre esse mesmo mundo Tais descobertas implicarão, obviamente, no aperfeiçoamento das teorias que, assim, se tornam cada vez mais próximas da verdade e, em contrapartida, permitirão a elaboração de métodos ainda mais eficazes para investigarmos a realidade, e assim por diante O resultado desse processo é uma constante aproximação de nossas teorias científicas nas ciências maduras em relação a realidade e um constante aumento em sua capacidade preditiva e na confiabilidade instrumental dos métodos científicos

Esta é uma visão realista do desenvolvimento das ciências, em primeiro lugar, porque afirma que nossas teorias são aproximadamente verdadeiras tanto no que dizem a respeito do que é observável quanto do que não é observável

Ainda que não tenhamos espaço para discutir aqui longamente, como seria desejável, essa concepção, vale destacarmos dois pontos a noção de verdade aproximada e a distinção entre observável e inobservável. Boyd sustenta uma concepção realista e correspondencial da verdade, isto é, a noção de *verdade aproximada* que, por mais difícil que seja explicá-la exatamente,¹¹ pressupõe a noção de correspondência de nossas crenças, ou proposições, ou teorias, com os fatos, ou o mundo, ou a realidade. A explicação mais exata — embora não tão mais exata quanto gostaríamos — e a de que a verdade aproximada é a verdade parcial. Isto é, uma teoria aproximadamente verdadeira é um relato que contém partes verdadeiras e partes falsas, e o desenvolvimento dialético da ciência permite que aumentemos sua parte verdadeira e diminuamos sua parte falsa.

Nossas teorias são aproximadamente verdadeiras, sustenta Boyd, tanto no que dizem sobre a parte observável do mundo, quanto — e principalmente — no que dizem sobre sua parte inobservável. Portanto, as entidades inobserváveis de que falam nossas teorias científicas existem e são (aproximadamente) do modo como tais teorias as descrevem. Assim, as ciências são capazes de nos revelar a real ou verdadeira estrutura do mundo e, por assim dizer, de mostrar qual é a verdadeira *população* do mundo, ou de que coisas ele é constituído, ou ainda, utilizando a metáfora do próprio Boyd, nossas teorias *cortam o mundo em suas articulações*.¹² Vejamos, com respeito à linguagem empregada pelas teorias científicas, como isso funcionaria.

O processo dialético por meio do qual o pensamento se acomoda à realidade, diz Boyd, não diz respeito apenas aos métodos empregados pelas ciências e as teorias científicas, mas também, particularmente, à linguagem que tais teorias empregam. Na medida em que a tradição científica avança,

tal linguagem se torna um instrumento cada vez mais exato para dizer como o mundo é, ou seja, seus termos sofrem uma espécie de *refinamento denotacional*, permitindo-nos identificar os tipos ou as espécies naturais (biológicas ou químicas, por exemplo) com exatidão cada vez maior. Foi por meio de tal processo, diz Boyd, que descobrimos que as baleias e os botos não podem ser colocados na mesma categoria biológica dos peixes, e que o ouro de tolo (a pirita) não é ouro. Boyd assume a este respeito a teoria de Kripke-Putnam sobre os termos para espécies naturais como designadores rígidos.¹³

Finalmente, sustenta Boyd, os próprios padrões ou critérios metodológicos pelos quais avaliamos nosso conhecimento são fruto desse processo sucessivo de acomodação entre conhecimento e realidade. É este ponto que mais nos interessa aqui. Não apenas as teorias científicas, versando sobre os mais diversos aspectos do mundo, e sua linguagem e os métodos de investigação e descoberta têm de ser encontrados *empiricamente*, digamos, isto é, por meio do fazer científico que, evoluindo rumo a verdade, vai consolidando uma tradição, mas mesmo as ideias mais gerais a respeito dessa própria evolução da ciência (a epistemologia, portanto) e os princípios mais gerais de avaliação do conhecimento decorrem de tal processo. É assim que o próprio realismo científico surge em determinado momento como a melhor explicação para o sucesso da ciência, e que o naturalismo aparece como a adequada compreensão sobre a natureza da epistemologia ou de nossa investigação sobre o conhecimento humano em geral e sobre o conhecimento científico especificamente.¹⁴ Portanto, é a própria evolução da ciência que desautoriza as abordagens *a priori* e fundacionalistas em epistemologia. Vejamos um exemplo específico, e depois a discussão mais geral de Boyd a este respeito.

A abdução ou inferência para a melhor explicação,¹⁵ que é um procedimento amplamente empregado na prática investigativa dos cientistas, e adequada para argumentarmos em favor do próprio realismo científico, uma vez que é uma forma de inferência consolidada pelo desenvolvimento dialético das ciências. Pois, sem a abdução, os próprios cientistas ficariam sem um procedimento adequado para investigar o mundo real. Ora, como nossas investigações sobre o conhecimento humano fazem parte das investigações sobre o mundo real (o conhecimento é um fenômeno natural), então a inferência para a melhor explicação que o realista sustenta é aceitável, e devemos concluir que a melhor explicação para o sucesso da ciência é o fato de abrigar ela teorias aproximadamente verdadeiras. As estratégias (indutivas) de investigação que funcionam neste mundo não funcionariam em outros, que pediriam outras estratégias e métodos, e assim os próprios padrões para avaliar seus resultados têm de decorrer da prática real da ciência, e não de elaborações *a priori*. Embora tais padrões sejam inferidos, então, das próprias teorias científicas que aceitamos, já que elas são aproximadamente verdadeiras (e, portanto, *autorizadas*, por assim dizer, pela própria realidade), aqueles padrões são adequados e também confiáveis.

A abordagem de Boyd é claramente naturalista porque acha que qualquer elaboração sobre nossos padrões e critérios de avaliação do conhecimento deve se basear em nossa prática cognitiva, isto é, na ciência real e nas teorias nas quais se consolida seu conhecimento sobre o mundo. Como não podemos decidir *a priori* (antes de investigações empíricas) quais são as teorias científicas adequadas, isto é, aproximadamente verdadeiras, então não podemos também decidir *a priori* quais são os adequados padrões e critérios de avaliação do conhecimento.¹⁶ E, em suma, nenhuma defini-

ção *a priori* de conhecimento seria aceitável

Um dos pontos interessantes das discussões de Boyd a este respeito é aquele que versa sobre a possibilidade de um ponto de decolagem (*take-off point*) a partir do qual a metodologia e a epistemologia poderiam livrar-se do ônus de terem de se ater ao desenvolvimento real da ciência. A única forma pela qual Boyd imagina que seria possível alguma formulação *a priori* (isto é, independente da prática científica) de padrões metodológicos seria esta a partir de um certo momento na história das ciências — momento em que teríamos teorias tão altamente confiáveis e aproximadamente verdadeiras —, seríamos capazes de formular critérios ou máximas metodológicas que não estariam, daí em diante, mais sujeitas a revisão. Uma tal máxima, diz Boyd, poderia ser, por exemplo, algo como “utilizemos a metodologia mais adequada para obtermos crenças verdadeiras”. A partir daí, em resumo, a metodologia e a epistemologia poderiam deixar de ser disciplinas elaboradas *a posteriori* (isto é, empíricas ou científicas). Mas o problema é que não podemos mostrar *a priori* ou independentemente do exame da história da ciência nem que um tal ponto de decolagem foi atingido, nem que ele possa (ou não possa) ser atingido. E, portanto, em última instância, qualquer metodologia ou epistemologia continua dependente de considerações *a posteriori*. Além disso, Boyd acha que não temos razões suficientes ou evidências para acharmos que já tenhamos atingido um tal possível ponto de decolagem em epistemologia.¹⁷

Não obstante Boyd confira um caráter meramente *a posteriori* ou empírico a epistemologia, e a conceba então como uma ciência empírica, ele não deseja eliminar seu caráter normativo. Ele é bastante claro em dizer que, embora empírica, a epistemologia pode ser uma disciplina normativa, no sentido, por exemplo, de nos dizer “que mecanismos de re-

gulação de crenças são guias confiáveis para a verdade”¹⁸ Para terminar essa seção, vejamos como a posição de Boyd implica, de qualquer modo, uma forma de justificacionismo, embora anti-fundacionalista

Boyd concorda com as críticas feitas por Quine, e também Armstrong e Goldman, ao fundacionalismo da epistemologia tradicional¹⁹ A epistemologia tradicional pretendia nos dar critérios para separarmos os casos de (mera) crença dos casos de (crenças que são) conhecimento Mas os defensores das teorias causais do conhecimento mostram como isso não é possível Se tomarmos, por exemplo, o conhecimento perceptivo, tais teorias mostram como ele resulta de — ou é produzido por — mecanismos confiáveis, que descobrimos por investigações empíricas, e que não poderiam resultar de estipulações *a priori* Contudo, embora considere que tais teorias causais estejam no caminho certo para criticar o fundacionalismo da epistemologia tradicional, Boyd pretende ir mais além Ele diz que a questão não é que a *produção* de crenças deva se dar por meio de mecanismos confiáveis, mas que é a *regulação* de crenças que tem de ser confiável Vale citarmos, a este respeito, a seguinte passagem

A concepção relevante de regulação de crença deve refletir o caráter aproximativo, social e dialético do crescimento do conhecimento Assim, será verdade que os mecanismos causais relevantes para o conhecimento incluam mecanismos sociais e técnicos, assim como psicológicos, para a crítica, teste, aceitação, modificação e transmissão de teorias e doutrinas científicas Por essa razão, um entendimento do papel de fatores sociais na ciência pode ser relevante não apenas para a sociologia e história da ciência, mas também para a epistemologia da ciência A epistemologia da ciência e a este respeito depende de conhecimento empírico (Boyd 1989, p. 12)

O que Boyd defende aí é uma forma *mais ampla* de naturalismo, podemos dizer, que aquelas defendidas por Goldman e Quine, pois estes dois parecem se restringir apenas ao aspecto psicológico (e, no caso de Quine, também linguístico) do conhecimento. Mas essa radicalização que Boyd pretende fazer do naturalismo em face das doutrinas de Quine e Goldman, a nosso ver, reintroduz o justificacionismo. Embora também Goldman e, no final, também Quine, desejem recuperar o caráter normativo da epistemologia, como veremos nas próximas seções, Boyd o faz de uma forma aparentemente mais forte que estes dois outros autores.

Boyd nega que justificações *a priori* sejam possíveis, dada a imagem que tem da evolução do conhecimento, como vimos acima. Ele não nega, contudo, que possa haver outra forma de justificação, isto é, uma justificação *a posteriori*.²⁰ O que ele efetivamente diz é apenas que a confiabilidade de nossos métodos depende das teorias aceitas e consolidadas na tradição científica, e que um raciocínio científico será firme (ou correto — *sound*) se estiver baseado em teorias aproximadamente verdadeiras.²¹ Assim, a própria tradição científica justifica suas futuras realizações, na medida em que a investigação será normatizada pelos padrões metodológicos inferidos dela. Um cientista estará justificado em empregar alguma estratégia de investigação ou forma de inferência indutiva no caso de estar ela autorizada pela tradição.

O problema grave que esse justificacionismo *a posteriori* apresenta, contudo, é o da circularidade, um problema que não atinge o justificacionismo *a priori* da epistemologia tradicional. Pois, neste caso, temos determinados conhecimentos e métodos legitimados ou validados *antes* da justificação ou fundamentação que eles nos permitirão dar ao

conhecimento científico, enquanto que no caso da doutrina de Boyd, a circularidade é inevitável, uma vez que nossa avaliação sobre as realizações contidas na tradição científica estabelecida (as teorias e os métodos em vigor) é feita com base nos mesmos padrões utilizados pelos cientistas para investigar, fazer descobertas e elaborar suas teorias²² A este respeito, podemos lembrar o caráter histórico do conhecimento, e dizermos que, na verdade, é o conhecimento consolidado num determinado momento da história da ciência que permite avaliar um outro momento, posterior. Mas, neste caso, para evitarmos uma regressão ao infinito, teríamos de admitir padrões em algum sentido *a priori*, isto é, padrões que seriam exteriores ou anteriores a qualquer prática científica, ou porque resultassem do senso comum, ou porque fossem rigorosamente elaborados por uma epistemologia fundacionalista ou justificacionista de caráter analítico e não-empírico e, neste sentido, *a priori*. Caso contrário, qualquer ideia de justificação teria de ser abandonada.

Deste modo, o fundacionalismo da epistemologia tradicional aparece como uma forma — inaceitável para o naturalista — de nos livrar de uma noção menos aceitável ainda — para qualquer um —, que seria a de uma *justificação a posteriori*. O resultado para Boyd é que, por essa via, ele não parece capaz de garantir a normatividade da epistemologia naturalizada. Em face dessa versão radical de naturalismo, as versões de Goldman e Quine parecem mais próximas de recuperar a normatividade, ou parecem alternativas melhores ao fundacionalismo.

2. Goldman e a justificação naturalizada

Se o naturalismo de Boyd resulta de um profundo exame dos problemas relacionados com o realismo científico, em

particular, com a explicação que deve ser dada ao sucesso preditivo e a confiabilidade das teorias e métodos científicos, o naturalismo de Goldman resulta da constatação do fracasso das teorias tradicionais do conhecimento, retomando a problematização destas que foi elaborada por Gettier. A nosso ver, não se pode dizer que é a epistemologia propriamente que se naturaliza com Goldman, já que sua concepção de epistemologia permanece no mesmo quadro da epistemologia tradicional, isto é, como uma disciplina essencialmente normativa, cuja tarefa é a de nos fornecer um conjunto adequado de regras de avaliação do conhecimento, ainda que para chegar a isso ela tenha de receber alguma ajuda da psicologia empírica.²³

Retomemos brevemente o problema de Gettier, para vermos de que forma a espécie de naturalismo proposta por Goldman poderia ajudar a resolvê-lo. O problema levantado por Gettier, e já antecipado por Russell, diz respeito aos três requisitos que, segundo eles, a concepção tradicional de conhecimento elegeu para poder dizer que uma crença é conhecimento, ou, em outros termos, para poder separar dentre todas as nossas crenças sobre o mundo aquelas que representam conhecimento genuíno.²⁴ Supondo um sujeito S e uma proposição (ou crença, ou fato) P, os três requisitos enunciados na análise de Gettier para podermos dizer que ha conhecimento, isto é, que S *sabe* (e não meramente *acredita*) que P, são

- (i) P é verdadeira,
- (ii) S acredita que P, e
- (iii) S está justificado em acreditar que P

A análise de Gettier consiste em considerar alguns casos em que, atendidos esses requisitos, mesmo assim, não pode-

riamos dizer que, *de fato*, S sabe que P, isto é, que se trata de uma instância genuína de conhecimento. Os casos considerados por Gettier são um tanto bizarros ou artificiais, e parte das críticas que ele recebeu enfocaram esse aspecto de sua análise, mas isso não importa para nossa presente discussão. O caso I trata de dois indivíduos que se candidatam a um emprego, Smith e Jones, e o vencedor é aquele que tem dez moedas em seu bolso. O primeiro acredita que o segundo é o vencedor porque o presidente da companhia lhe disse isso, e ele contou as moedas no bolso de Jones. Contudo, o vencedor é ele, Smith, que por acaso também tem dez moedas em seu bolso. O caso II diz respeito aos fatos de Jones possuir um carro Ford e um terceiro indivíduo, Brown, estar em Barcelona. Smith conhece (por indução) o primeiro fato e, por disjunção, está justificado também em acreditar que Brown está em Barcelona, o que acontece ser o caso, embora, de fato, em um certo dia, Jones não tivesse mais um Ford, mas estivesse dirigindo um carro alugado, que era também um Ford.

Nos dois casos, aqueles três requisitos são preenchidos, mas não concordariamos em dizer que Smith *sabia* ou que o homem que ganharia o emprego tinha dez moedas em seu bolso, ou que Brown estava em Barcelona. Diversas análises alternativas foram propostas para sair dessa dificuldade, e a avaliação inicial de Goldman e de que o que falta é uma relação causal entre a crença e um fato que a tenha gerado.²⁵ Podemos dizer, então, que há conhecimento, quando existe um processo causal que conecta um determinado fato (uma ocorrência) com outro (o fato de alguém saber ou conhecer aquele primeiro fato). Entretanto, essa teoria causal apresenta, por sua vez, algumas limitações, e não consegue superar algumas dificuldades levantadas por Gettier. Vejamos

Goldman nos convida a considerar o caso de Henry, que passeia de carro com o filho pelo campo, mostrando-lhe vacas, tratores, silos, etc , e celeiros. A questão é ao apontar um celeiro para o filho, como Henry pode saber que aquilo é um celeiro? Ao fazer essas considerações, Goldman está preocupado exclusivamente com o conhecimento perceptivo. Assim, podemos dizer que Henry sabe que aquilo é um celeiro porque o vê. Entretanto, ocorre que a administração local, para fazer a região parecer mais prospera, mandou construir diversos celeiros falsos, em *papier-mâche*, que estão espalhados ao longo da estrada. Mas Henry não viu nenhum destes, ele viu apenas celeiros de verdade. E, contudo, já não diríamos que ele *sabia* que aquilo era um celeiro. O que falta neste caso são critérios para permitir discriminar entre, por exemplo, celeiros verdadeiros e celeiros falsos, embora a crença de Henry esteja ligada causalmente a um fato que é um celeiro real. Por isso, Goldman passa a dizer que o requisito necessário para considerar que há conhecimento e se a crença foi produzida por mecanismos confiáveis.

Em virtude das dificuldades que ele mesmo encontra para superar os problemas do tipo Gettier por meio de teorias causais do conhecimento, Goldman passa a defender seu *confiabilismo histórico*, segundo o qual o conhecimento se justifica pelo fato de ter sido produzido por um processo confiável, ainda que o sujeito que conhece não saiba disso. Assim, o caso Henry se resolve, pois podemos dizer que a percepção é um mecanismo confiável na produção de crenças. A questão é apenas a de estudar quais são os mecanismos confiáveis de produção de crenças com os quais podemos contar, o que seria matéria para uma investigação empírica. Por essa razão é preciso que a epistemologia conte com a colaboração de pesquisas empíricas em psicologia.²⁶

Há alguns aspectos importantes a destacar aqui. Em primeiro lugar, podemos dizer que Goldman vai além da concepção tradicional de conhecimento, procurando complementá-la. O conhecimento não é apenas a crença verdadeira e justificada, mas a crença produzida por mecanismos confiáveis. Retomemos o caso Henry. Ele continuaria problemático pela definição tradicional de conhecimento como crença verdadeira e justificada e sua problematização no estilo Gettier. Ele seria mais um exemplo daquele tipo de casos que este último tomou em consideração. A diferença, contudo, é que os dois casos analisados por Gettier apresentam circunstâncias em que determinadas crenças foram produzidas por mecanismos não-confiáveis, enquanto que o caso Henry é claramente um caso de produção de crença por um mecanismo confiável. O problema de Goldman é, afinal, o de encontrar um critério que salve aqueles casos que, pelo que sabemos empiricamente sobre nossos processos cognitivos, são os casos que devemos tomar como casos de conhecimento. Assim como na abordagem tradicional, trata-se ainda de dar uma definição de conhecimento e especificar normas as quais o conhecimento deva se conformar. A condição de que nossas crenças sejam produzidas por mecanismos confiáveis para podermos dizer que elas são conhecimento seria um requisito complementar aqueles da concepção tradicional de conhecimento. Tendo isso em vista, Goldman afirma claramente o caráter normativo da epistemologia.²⁷ Entretanto, se tivermos em mente aquela ideia difundida a partir da primeira posição de Quine em "Epistemology Naturalized," de que o naturalismo eliminaria o normativo, então podemos nos perguntar o que restaria de naturalismo em Goldman.

Esse naturalismo goldmaniano resultaria apenas, afinal, na proposta de colaboração entre a epistemologia e a psi-

ciologia, ou em aproveitar as pesquisas empíricas em psicologia para fazer aquele trabalho normativo que ele crê que apenas a epistemologia pode fazer, e que não está ao alcance da psicologia como investigação empírica. A base para uma tal proposta é a ideia de que o que justifica o conhecimento e sua produção por mecanismos confiáveis (confiáveis segundo os padrões estabelecidos pela epistemologia normativa, obviamente). Goldman diz que sua teoria é naturalista porque situa a fonte de justificação do conhecimento em processos ou fatos naturais.²⁸ Isso significa *naturalizar* apenas a justificação, e não a epistemologia propriamente. Vejamos

É a epistemologia (normativa) que vai identificar e eleger os processos a serem considerados confiáveis a partir daquilo que a psicologia (empírica) nos revelar a respeito de nossos mecanismos cognitivos, já que o papel do epistemólogo é o de formular regras epistêmicas, ainda que elas não sejam ditadas apenas pela lógica, mas devam também tomar em consideração o que diz a psicologia.²⁹ Assim, o máximo que a psicologia pode fazer é nos apontar um conjunto de candidatos a mecanismos confiáveis, pois eles serão assim considerados apenas depois que a epistemologia elaborar um conjunto de regras epistêmicas (*J-rules*, diz Goldman), que são regras de justificação, isto é, aquelas regras as quais o conhecimento deve se conformar para ser considerado justificado. Podemos dizer que Goldman naturaliza a própria justificação porque a epistemologia só pode partir do conhecimento adquirido pela psicologia a respeito dos mecanismos cognitivos reais, e não de estipulações puramente *a priori*. Mas a epistemologia enquanto atividade normativa sobre o conhecimento tem de ir além, pois Goldman acha que apenas o conhecimento empírico sobre os processos e mecanismos cognitivos é incompleto, já que,

apesar da variedade de estratégias de investigação e conhecimento, ele não é capaz de nos sugerir as melhores estratégias, e isso a epistemologia tem de fazer, sendo, portanto, necessariamente normativa³⁰

A grande questão que resulta das análises de Goldman é, finalmente, por que a psicologia é incapaz de fazer o trabalho da epistemologia. Ora, por 'psicologia' ele entende a pesquisa empírica sobre mecanismos cognitivos, e por 'epistemologia' e construção de sistemas de regras-J, regras de justificação. E por isso a psicologia não pode fazer o trabalho da epistemologia. Mas, de fato, não é o objetivo daqueles que se dizem psicólogos fazer isso. Este é o objetivo apenas daqueles que desejam algo mais em termos de reflexão sobre o conhecimento humano que aquilo que a psicologia pode oferecer, isto é, aqueles que encaram o conhecimento como uma questão de justificação, tal como os epistemólogos tradicionais. E, assim, compreendemos claramente por que Goldman é claro em dizer que suas pesquisas estão na mesma linha da epistemologia tradicional,³¹ ainda que em um vies naturalizado.

Todavia, a nosso ver, esse naturalismo de Goldman não representa naturalismo algum, já que ele brota de uma atitude eminentemente justificacionista e normativista. Suponhamos o caso em que as pesquisas empíricas em psicologia revelassem que existem mecanismos alternativos e incompatíveis, que dividiriam os seres humanos em grupos distintos, a semelhança, por exemplo, dos grupos sanguíneos. Teríamos, assim, tipos ou grupos cognitivos, e eles seriam distintos de tal maneira que qualquer conjunto de regras-J dadas para um deles seria inadequado para os outros. Para um naturalista que naturalizou a justificação, isso teria de ser aceitável. E, contudo, o epistemólogo estaria de mãos atadas, já que não seria capaz de fazer completamente seu

trabalho normativo. Pois o que seria conhecimento para um grupo cognitivo não o seria para outro, e não haveria nada que pudesse ser, então, justificado, em última instância. Como poderíamos avaliar essa possível situação?

Há duas formas apenas. Ou supomos que futuras pesquisas em psicologia conseguirão mostrar a unidade dos grupos cognitivos, e no futuro será, então, possível um único conjunto de regras-J, ou então temos de afirmar que não há como ter uma concepção unificada de conhecimento. No primeiro caso, temos uma opção claramente naturalista, que coloca qualquer possibilidade de constituir uma epistemologia normativa na dependência da evolução do conhecimento factual ou empírico. É isso nos parece ser aquela opção que um autor como Boyd escolheria. No segundo caso, de afirmarmos que não há como ter uma concepção unificada do conhecimento, temos uma rejeição do naturalismo, pois interpretamos uma situação de fato (a atual impossibilidade de ver o conhecimento humano como fenômeno unificado) como situação de direito, defendendo que o conhecimento não é um fenômeno unificável. Este seria o caso de um autor que, mesmo iniciando suas pesquisas por uma abordagem naturalista, a partir de pesquisas empíricas em psicologia, optasse finalmente por uma forma de relativismo ou coerentismo.

Em qual dos dois casos Goldman estaria? A resposta, obviamente, depende dele, mas podemos tentar antecipá-la, e tentar analisar suas consequências. Ele certamente não optaria pela segunda, mas pela primeira. Mas, neste caso, ele seria um naturalista de fato, isto é, ele estaria disposto a abandonar o pressuposto de que o epistemólogo *deva* formular regras pelas quais o conhecimento seja avaliado e justificado. Pois se essas regras não são universais, não há sentido em formulá-las, a não ser como generalizações empíri-

cas e provisórias. Mas aí elas perdem seu caráter *normativo* propriamente. Logo, o pretendido naturalismo de Goldman não se sustenta e não supera as dificuldades do fundacionalismo da epistemologia tradicional, mas apenas se inspira em algumas realizações da psicologia empírica. Para superarmos a perspectiva apriorística do fundacionalismo da epistemologia tradicional, não parece resolver nada naturalizarmos uma parte da epistemologia, a justificação, por exemplo, como faz Goldman. É preciso naturalizar a epistemologia por inteiro, ou então não naturaliza-la de modo algum. E, por isso, a posição revista de Quine, deixando seu eliminacionismo inicial, nos parece a mais sustentável.

3. Quine e a normatividade da epistemologia aplicada

O ponto de partida das reflexões de Quine sobre a natureza ou o caráter da epistemologia como disciplina, como sabemos, e sua constatação do fracasso do programa fundacionista de Carnap. O tema aparece diversas vezes nos escritos de Quine, e constitui o pano de fundo diante do qual a argumentação de "Epistemology Naturalized" é desenvolvida. Por se tratar de uma discussão bastante conhecida, vamos direto ao ponto que nos interessa.³² Ao contrário dos dois outros autores cujas ideias discutimos acima, Quine toma distância inicialmente dos ideais da epistemologia tradicional, e encara o conhecimento como uma questão de fato. Assim, a tarefa de uma teoria epistemológica não é a de fornecer uma definição de conhecimento, nem critérios, normas ou regras com os quais algo tenha de se conformar para ser considerado conhecimento, mas ela deve explicar um fenômeno natural. Esse objetivo pode ser alcançado, diz Quine, por meio de investigações no campo da psicologia e

da linguística, e ele mesmo trata de elaborar uma tal teoria, apresentada posteriormente em *The Roots of Reference*³³ Deste modo, a epistemologia proposta por Quine toma, inicialmente, um ar claramente descritivista e anti-normativista

Putnam analisa essa posição inicial de Quine,³⁴ e testemunha que este não pretendia ter banido totalmente o normativo, acrescentando o fato de que os naturalismos pos-quineanos (dois dos quais vimos acima) retomaram decididamente o problema da normatividade É o próprio Quine, de fato, posteriormente, de duas maneiras alternativas, mas não incompatíveis, retoma essa questão, primeiro com relação a coerência interna das teorias ou sistemas de crenças, e depois propondo que a normatividade seja uma questão de epistemologia aplicada, e não da epistemologia pura propriamente Vejamos

Ao responder às críticas de Davidson a respeito de um terceiro dogma do empirismo (do esquema conceitual), que Quine não teria banido, além dos dogmas da analiticidade e do reducionismo, em *Theories and Things*,³⁵ Quine reintroduz o aspecto normativo no que concerne a coerência interna de uma teoria e a relação desta com a experiência O que esta em questão são as noções de verdade e crença garantida (*warranted belief*) Quine diz

Se o empirismo for interpretado como uma teoria da verdade, então o que Davidson lhe atribui e corretamente atribuído, e corretamente recusado O empirismo como uma teoria da verdade, em consequência disso, é lançado fora, e já vai tarde Como uma teoria da evidencia, contudo, o empirismo permanece conosco, com exceção dos dois antigos dogmas, certamente O terceiro alegado dogma, entendido agora não em relação a verdade, mas a crença garantida, permanece intacto Ele possui tanto um aspecto descritivo quanto normativo, e não vejo nenhum dos dois

aspectos como dogma. É o que torna o método científico parcialmente empírico, ao invés de uma mera busca de coerência interna (Quine 1981, p. 39)

A questão de Davidson, como sabemos, é acusar Quine (assim como Kuhn), do compromisso com um dualismo entre esquema (conceitual) e conteúdo (cognitivo), entre um sistema que organiza e alguma coisa a ser organizada. Reaparece nessa discussão a ideia de Quine de que a ciência, enquanto sistema tomado em sua totalidade, é uma construção humana, cujo contato com a experiência se dá apenas em sua periferia.³⁶ É claro que, ao constituir um tal sistema, visamos não apenas a coerência interna, mas também a verdade e, a este respeito, mais especificamente, como afirma Quine na passagem acima citada, pretendemos contar com alguma evidência exterior ao sistema. E, ainda que provisoriamente, as sentenças que tomam parte neste sistema são aceitas como verdadeiras. Mas o sistema como um todo é que está sujeito a revisão, embora algumas partes mais que outras, aquelas que se encontram na periferia do sistema. O aspecto normativo reaparece porque é preciso manter a estabilidade, digamos, do sistema, tanto no que diz respeito a sua coerência interna, quanto no que diz respeito ao que está fora dele.

O tema da relatividade dos esquemas conceituais reaparece na discussão com Cresswell, e as respostas de Quine a ele dão contornos mais bem definidos à ideia de normatividade reintroduzida.³⁷ Ainda em *Theories and Things*, Quine comenta a possível aproximação entre seu naturalismo e a teoria da coerência. Ele diz

Nossas especulações sobre o mundo permanecem sujeitas a normas e restrições, mas estas provêm da própria ciência na medida em que a adquirimos. Assim, uma de nossas

descobertas científicas e o próprio fato, que acabamos de mencionar, de que a informação sobre o mundo nos atinge apenas através de forças que agem sobre nossas terminações nervosas, e esta descoberta tem força normativa, prevenindo-nos, como deve, contra alegações de telepatia e clarividência. As normas podem mudar um pouco a medida em que a ciência progride. Por exemplo, já fomos mais tolerantes com relação à ação a distância do que temos sido desde Sir Isaac Newton (Quine 1981, p. 181)

Na sequência do texto, Quine afirma ainda que, de seu ponto de vista, é admissível pensar que outras culturas ou o conhecimento de outras espécies possam “justificar-se” com base em normas fundamentadas em suas descobertas científicas, mesmo que tais ciências, descobertas e normas difiram radicalmente das nossas. E podemos admitir isso porque e o que nossa ciência nos diz. Neste texto, Quine coloca claramente sua ideia de que, embora com um valor inteiramente garantido apenas internamente, podemos ter normas para justificar nosso conhecimento. Mas, de um lado, isso é uma possibilidade admitida por nossa própria ciência atual, o que pode mudar. E, de outro, não se trata nunca de uma justificação última, obviamente, mas apenas de uma justificação provisória e ocasional, o mesmo tipo de justificação que os adeptos da teoria da coerência sustentam.³⁸

Mais tarde, em 1988, Quine vai associar a normatividade com a epistemologia aplicada, e não com o que seria a epistemologia pura. No volume *The Philosophy of W. V. Quine*, ao responder a Morton White, ele diz

A naturalização da epistemologia não lança fora o normativo e toma a direção de uma descrição indiscriminada de procedimentos que ocorrem. Para mim, a epistemologia normativa é um ramo da engenharia. É a tecnologia da busca da verdade ou, em um termo epistemologicamente

mais cauteloso, predição Como qualquer tecnologia, ela faz uso de quaisquer resultados científicos que possam servir para seus propósitos () Não ha aqui nenhuma questão de valor definitivo, como na moral E uma questão de eficácia para um fim ulterior, a verdade ou a predição Como em toda parte na engenharia, o normativo aqui se torna descritivo quando se expressa o parâmetro de fim ultimo Poderíamos dizer o mesmo da moralidade se pudessemos entender que seu objetivo e a recompensa no ceu (Quine 1988, pp 664-5)

Esta mesma ideia reaparece em *Pursuit of Truth* e, depois, em *From Stimulus to Science*,³⁹ e parece ser a posição definitiva (ate o momento) de Quine sobre o tema da normatividade Em suma, com base nas ciências empíricas — e, particularmente, na epistemologia como uma ciência empírica —, podemos conceber uma engenharia do conhecimento, que nos faz evitar o erro e procurar os meios adequados para a busca da verdade, embora sempre seja na dependência das descobertas ou realizações daquela ciência que tomamos por base

A primeira vista, essa posição se assemelharia aquela defendida por Boyd, mas ha uma diferença fundamental Quine e explicito em afirmar o carater falível de tais normas,⁴⁰ de tal engenharia da busca da verdade e do afastamento do erro E isso, se puder ser admitido por Boyd, não fica claro em seus textos Tal falibilidade provem da propria ciência na qual essa atividade normativa do conhecimento se baseia A imagem que Quine possui do desenvolvimento da ciência não guarda nenhum parentesco com o realismo defendido por Boyd e com a ideia de uma evolução para teorias com um grau cada vez maior de verdade aproximada

A ideia de Quine de, finalmente, restringir a normatividade a uma característica da epistemologia aplicada, e não

da epistemologia pura, que pode prosseguir com um caráter meramente descritivo, e, de fato, interessante, pois parece resolver os problemas que tinham sido levantados até aqui. Ao conservar a falibilidade da epistemologia (aplicada) normativa, Quine evita tanto os problemas que levantamos contra a doutrina de Boyd, quanto aqueles a respeito da teoria de Goldman, quanto ainda os próprios problemas concernentes a epistemologia fundacionalista tradicional. Pois essa visão parece compatível com qualquer desenvolvimento ou mudança na ciência, a ponto mesmo de permitir sua própria revisão. Mas ela conserva um problema que não é menor, e que não nos parece ser decorrência de uma noção oriunda das ciências. A doutrina de Quine sobre a normatividade repousa na ideia de demarcação entre ciência pura e ciência aplicada. E não nos parece que tal demarcação possa ser feita apenas com base nas realizações da ciência atual ou que, se o puder, ela vá além do que poderia ir tendo base em tal ciência, reintroduzindo assim uma certa normatividade apriorística, e traído algum envolvimento restante com a epistemologia tradicional.

Ao apelar para as noções de ciência pura e ciência aplicada (ou tecnologia), Quine está seguindo a corrente e cedendo ao senso comum dos filósofos da ciência. Essa distinção é lugar comum e é sempre retomada, com maior ou menor ênfase, pelos mais diversos autores. Ela é pressuposta também por um outro autor atual de peso, que é van Fraassen, e resulta da negação do ponto de vista de Bacon sobre a unidade entre os interesses teóricos e práticos.⁴¹ Contra Bacon, toda a tradição epistemológica tem argumentado em favor da distinção entre a atividade científica enquanto tal, cujo objetivo seria, segundo van Fraassen, por exemplo, o de elaborar teorias (como famílias de modelos), da atividade de aplicar os resultados alcançados por aquela atividade de

elaborar teorias (Para van Fraassen, mais uma vez, a própria atividade de dar explicações seria reservada a ciência aplicada, e não a ciência pura) Um autor como Boyd talvez argumentasse que essa tendência anti-baconiana não sera revertida, mas não nos parece que um autor como Quine, dado o que vimos acima sobre sua posição falibilista, pudesse adotar a mesma saída Assim, mesmo que a ciência atual permita inferir uma imagem anti-baconiana, nada nos garante que uma imagem baconiana não seja possível E, segundo ela, cairia por terra a solução de Quine para a normatividade, pois não faria sentido a própria distinção entre ciência pura e ciência aplicada O resultado não seria uma catástrofe, mas seria apenas o de que Quine so resolve o problema da normatividade no máximo segundo a ciência atual, se e que ela, de fato, permite inferir essa distinção entre ciência pura e tecnologia, o que talvez seja duvidoso se examinarmos a atividade científica real, como quer o naturalista

Esse resultado nos faz colocar um problema geral a respeito da normatividade assim como para outros problemas epistemológicos, e possível dar a ele uma solução neutra ou independente de teorias? Ou seja, discutir a normatividade fora de um quadro conceitual científico qualquer não nos leva de volta ao fundacionalismo, isto é, a uma abordagem apriorística, que o naturalista deseja evitar? E se este for o caso, assim como para outros problemas fundamentais da epistemologia, para manter o naturalismo, teríamos de nos contentar com uma resposta meramente provisória e relativa a teorias científicas A nosso ver, essas últimas dificuldades mencionadas resultam da perspectiva que em geral se adota para enfocar o problema da normatividade, isto é, tomando-o como uma questão que diz respeito a natureza ou ao caráter da própria disciplina *epistemologia* Na próxi-

ma seção, procuraremos superar essas dificuldades por meio de uma visão alternativa

4. A pragmática da investigação do epistemólogo

Assim como problematizamos a demarcação entre ciência pura e ciência aplicada, poderíamos questionar também a própria distinção entre ciência e filosofia e, logo, entre uma epistemologia científica ou naturalizada e uma epistemologia apriorística ou filosófica. Mas se recordarmos que, no caso de Quine pelo menos, a proposta de um naturalismo se reduz a ideia de uma contiguidade entre o que denominamos “ciência empírica” e o que denominamos “filosofia,” então isso não precisa ser problematizado, pois não há nenhuma demarcação forte sendo sustentada.⁴² Mas, igualmente, poder-se-ia então alegar que Quine não pensa em uma demarcação nítida entre ciência pura e ciência aplicada, em analogia com o caso entre filosofia e ciência. Não cremos, contudo, que seja este o caso.

Para manter a analogia com o caso da naturalização da epistemologia, no caso da relação entre ciência pura e ciência aplicada, teríamos uma espécie de *instrumentalização* da ciência pura. A ciência pura instrumentalizada seria, então, contígua com a tecnologia e, em última instância, indistinguível desta, assim como a naturalização da epistemologia torna essa parte da filosofia tradicional indistinguível da ciência empírica (psicologia e linguística), para Quine. Mas, que sabemos, esse autor não só não tem uma opinião explícita a este respeito, como também duvidamos que ele pudesse sustentar essa instrumentalização da epistemologia pura, pela qual ela se reduziria a mera epistemologia aplicada, isto é, na visão de Quine, uma mera tecnologia de busca da verdade e correção de erros. Pois uma tal epistemolo-

gia instrumentalizada (e não mais apenas naturalizada) seria apenas um conjunto de estratégias de investigação, por exemplo, e, em última instância, de ação sobre a natureza, ao invés de uma descrição e explicação do conhecimento humano. Uma tal epistemologia instrumentalizada mais se assemelharia a um conjunto de métodos, inferidos por mera generalização empírica a partir de nossas práticas de investigação e, ao invés de explicar qualquer coisa sobre o conhecimento humano, pediria, por sua vez, uma explicação. Se tais métodos fossem — como deveriam, obviamente, ser — bem sucedidos, sonharíamos então com uma epistemologia (que bem poderia ser ou descritiva ou normativa, ou naturalizada ou fundacionalista) capaz de explicar seu sucesso. Enfim, a ideia de uma epistemologia instrumentalizada nos levaria muito mais longe que o escopo visado pelo naturalismo.⁴³

Ainda que não seja o caso de defendermos a elaboração de uma tal epistemologia instrumentalizada, essa ideia pode talvez trazer alguma luz sobre nossas considerações a respeito da normatividade da epistemologia. Pois tal epistemologia instrumentalizada — ou mera tecnologia da investigação — seria com certeza essencialmente normativa, uma vez que ela deveria nos tornar capazes de atingir objetivos claros, e forneceria os meios para isso, regras metodológicas ou estratégias de investigação que, por sua vez, teriam de ser seguidas a risca. Esse é o preço a pagar para o sucesso tecnológico. Se não se segue a receita, nunca se pode saber se ela é boa ou má. Mas já que uma tal epistemologia instrumentalizada ou metodologia meramente empírica seria resultado da generalização a partir de práticas investigativas bem sucedidas, sua elaboração nasceria naquele terreno que podemos denominar “pragmática da investigação,” ou a análise de como se passam as coisas em uma investigação qual-

quer Um exame de tal pragmática revela que a normatividade é uma característica aparentemente fundamental de qualquer investigação E por isso podemos recolocar essa questão não como um problema relativo a natureza ou caráter da disciplina que trata do conhecimento ou da investigação, mas desta última propriamente

Ao contrário da posição final — oficial — de Quine sobre a normatividade da epistemologia, segundo a qual isto diz respeito ao que vem *depois* da epistemologia (pura), ou seja, a tecnologia da busca da verdade (ou epistemologia aplicada), o que nos parece e que a questão da normatividade diz respeito ao que vem *antes* da epistemologia (pura) propriamente Para Quine, os objetivos com que o epistemólogo naturalista faz suas investigações são — ou devem ser — definitivamente descritivistas, e o engenheiro da procura da verdade e que tem intenções normativistas, ainda que ambos possam ser, obviamente, a mesma pessoa Mas os outros dois autores — naturalistas também — cujas ideias discutimos acima, parecem pensar diferente Como salienta Putnam, suas intenções ao fazer epistemologia naturalizada são normativistas E isso chama nossa atenção não para o caráter da disciplina *epistemologia* enquanto tal, como se houvesse uma *coisa* a que conferimos o nome 'epistemologia', mas para a investigação que é empreendida com o objetivo de explicar o conhecimento, ou de elucidá-lo, ou de melhorar sua realização, etc Pois o que haveria de ser a epistemologia de um ponto de vista naturalista senão o conjunto das hipóteses e estratégias de investigação, e seus resultados ou possíveis descobertas, aceitos e utilizados por determinados indivíduos que se denominam "epistemólogos"? Parece razoável, então, trazer nosso olhar para os objetivos que eles têm ou possam ter ao empreender suas investigações sobre o conhecimento humano

Os manuais de teoria do conhecimento — inclusive os manuais escritos pelos naturalistas — falam de dois tipos de teorias epistemológicas, ou teorias elaboradas pelos teóricos da ciência e pelos teóricos do conhecimento em geral. Há as teorias do conhecimento propriamente, e as teorias da justificação.⁴⁴ Uma concepção como aquela discutida por Russell e Gettier decorre de uma teoria do conhecimento (que apresenta uma *definição* de conhecimento), para a qual o conhecimento é crença verdadeira e justificada. Mas uma tal teoria do conhecimento pede também uma teoria da verdade e uma teoria da justificação, obviamente, para completá-la. É uma teoria da justificação, por sua vez, o que faz e apresentar conjuntos de regras epistêmicas ou normas (*critérios* de justificação) as quais algo se deve conformar para ser considerado conhecimento.

Vamos introduzir aqui alguma terminologia, e chamar estas últimas teorias de “canônicas”. Teorias desse tipo são canônicas porque estabelecem cânones de avaliação epistêmica e, uma teoria que faz isso e uma *canônica*. Para voltarmos a Quine, a epistemologia (pura) seria apenas uma descrição do conhecimento (da qual, obviamente, pode derivar uma definição *a posteriori* de conhecimento), e a tecnologia da procura da verdade é canônica. É isso nos chama a atenção para o fato de que o epistemólogo pode pretender apenas fazer uma teoria do conhecimento, e não uma canônica. E, dependendo da teoria sobre o conhecimento humano que ele elabora, uma canônica poderá ou não ser dela inferida, mas isso seria uma tarefa para o engenheiro da busca da verdade. No caso em que uma canônica é elaborada a partir de uma teoria do conhecimento (que pode ser meramente descritiva), o sistema todo que as reúne é canônico, por sua vez, obviamente, assim como é canônico qualquer sistema que reúna a epistemologia fundacionalista

tradicional com algum metodo de confirmação ou justificação Neste último caso, como comentamos acima, isso ocorre por força do proprio caráter normativo da epistemologia fundacionalista

Todavia, esta não e a unica forma pela qual uma investigação em epistemologia — uma teoria do conhecimento — seria canônica Enquanto uma investigação meramente empirica e descritiva sobre nossas praticas cognitivas, ela poderia ser tambem canônica num outro sentido, embora um sentido um pouco improprio Poderíamos dizer que ela e canônica porque, em sua investigação empirica, procura cânones que guariam nossas praticas cognitivas, isto e, padrões que nosso comportamento cognitivo apresentaria, em suma ela tentaria descobrir se, ao produzirmos conhecimento e investigarmos em geral e nas ciências, seguimos regras ou cânones ⁴⁵ E um epistemologo que fizesse uma tal investigação poderia não visar a elaboração de uma canônica (no sentido de uma teoria da justificação) Pois ele poderia acreditar — antes mesmo de suas investigações, ou então depois delas — que de nada adianta formular uma canônica explicitamente, por achar que qualquer canônica seria trivial e redundante, ja que, em ultima instância, ela seria apenas um relato de nossas praticas cognitivas reais, que, por sua vez, não mudariam caso alguém nos apresentasse uma canônica Seria o mesmo caso, podemos dizer, de tomarmos consciência das regras que uma gramatica de nossa lingua descreve, pois antes e depois disso, falamos do mesmo jeito Uma canônica como *gramatica da investigação* seria então apenas uma peça decorativa e superflua para a propria investigação enquanto tal Ela apenas tornaria lei (desnecessaria) um fato natural que não iria mudar

Entretanto, o ponto de discordância ainda aqui seria dizer que nossas praticas cognitivas poderiam mudar se to-

massemos conhecimento de sua *canônica natural* ou *gramática*. O paralelo com o caso de falar uma língua seria o de dizer que o conhecimento da gramática nos torna falantes melhores. Mas somos falantes melhores ou piores, neste caso, dependendo da concepção de língua e de realização de uma língua que possamos defender. Pois pode-se defender a opinião — que, alias, e comum — de que em matéria de linguagem natural não há melhor ou pior. E o mesmo poderia ser, então, sustentado em relação ao conhecimento, isto é, a nossas práticas cognitivas e investigativas reais. Ainda que o ponto seja controverso, e pudéssemos prolongar a discussão, se fosse o caso, isso basta para nos mostrar que um epistemólogo poderia ter uma atitude não-canônica, ou não-normativista, perfeitamente defensável ao fazer uma teoria do conhecimento meramente descritiva de nossas práticas cognitivas, embora ela fosse canônica naquele segundo sentido, derivado, porque descreve os cânones que seguimos ao investigar, mesmo que não seja o caso de normalmente nos darmos conta deles. Tal teoria apenas nos chamaria a atenção para isso, assim como uma gramática pode ser encarada apenas como uma descrição das regras que os falantes de uma língua empregam, e que o linguista descobriu empiricamente.

O resultado dessas considerações deve ser o de darmos um sentido razoável à ideia de que importam os objetivos com os quais o epistemólogo faz suas investigações. Aqui, obviamente, nos movemos no terreno da *meta-epistemologia*, que é um ramo da metaciência em geral, pois estamos discutindo o comportamento cognitivo de um investigador determinado, isto é, o epistemólogo. Estamos querendo chamar a atenção para a atitude que ele tem ao investigar, para suas intenções ao empreender suas investigações, e estamos dizendo que tais intenções são relevantes.

para a teoria que ele vai produzir, ainda que ele possa chegar a resultados que não esperava. De qualquer forma, ao iniciar a investigação, ele esperava alguma coisa. É o que ele esperava, para retomarmos os termos de nossa análise acima, pode não ser, em nenhum sentido, canônico, ou pode ser canônico em um ou em outro daqueles dois sentidos que discutimos. É e por isso que dizemos que o problema da normatividade diz respeito ao que vem *antes*, e não ao que vem *depois* da epistemologia. Ele não diz respeito, então, a própria natureza da disciplina, mas apenas ao investigador que a empreende. É o epistemólogo que tem ou não intenções normativas ou canônicas, e não é a epistemologia que possui, ou não, esse traço.

A grande diferença que isso faz e não discutirmos abstratamente sobre o caráter de uma disciplina — como se ela fosse uma coisa facilmente identificável —, e passarmos a discutir as circunstâncias em que as investigações epistemológicas se dão, isto é, como se passam as coisas em uma investigação sobre o próprio conhecimento humano, ou ainda, sua pragmática. O exame da pragmática da investigação do epistemólogo pode dar base a elaboração de uma teoria metaepistemológica, obviamente, mas não é isso o que pretendemos fazer aqui. Ao contrário, pretendemos nos restringir apenas aquele terreno vestibular para essa metaepistemologia, no qual apenas constatamos da forma mais clara possível, a partir das noções comuns que temos, como age ou se comporta alguém que pretende fazer uma investigação sobre o conhecimento humano. Essa etapa preliminar, que ainda não pertence à ciência que se deseja realizar, leva à elaboração mais exata das mesmas noções das quais partimos, isto é, a ciência propriamente dita. E ela parece mesmo necessária a qualquer empreendimento científico ou intelectual em geral, embora não faça parte própria-

mente dele, enquanto a ciência é considerada em todo seu rigor, que necessariamente a afasta das noções comuns e das primeiras impressões sobre os fenômenos que observamos. E, para o naturalista, o conhecimento, enquanto fenômeno natural a ser estudado empiricamente, não seria uma exceção.

Mediante essa perspectiva, seria tolo falar do caráter da epistemologia, e se ela é ou não é normativa. Para voltarmos ao paralelo com a linguagem, seria como discutir qual é a boa abordagem para estudarmos as línguas naturais, sem conhecermos o que afinal estão fazendo os linguistas, a não ser que tomemos uma posição fundacionalista extremamente ortodoxa. E se é isso o que queremos evitar, adotando uma atitude naturalista, então o caminho para discutir a normatividade e outros aspectos das investigações epistemológicas parece ser o de observarmos o que fazem os epistemólogos, isto é, aqueles que se ocupam do estudo sobre o conhecimento humano. E isso começa por uma análise da pragmática de sua investigação, isto é, pela observação de seu comportamento ao investigar, e das circunstâncias da investigação, e das próprias intenções ou objetivos que eles têm, de onde partem e aonde querem chegar com suas investigações sobre o conhecimento humano.

5. Conclusão

Para terminar, vejamos como a abordagem pragmática acima exposta pode superar as maiores dificuldades que apontamos nas teorias de Boyd, Goldman e Quine.

Com relação a teoria de Boyd, tínhamos assinalado o fato de incorrer nela em uma certa circularidade que não atinge nem a epistemologia fundacionalista tradicional nem a epistemologia naturalizada proposta por Quine. Não

atinge a primeira porque, mesmo sendo ela justificacionista, os padrões de justificação que propõe são exteriores a ciência que eles devem justificar, e não atingem a segunda porque, mesmo sendo tais padrões interiores, a justificação que eles possam permitir não é última ou isenta de revisão. E, no caso de Boyd, como vimos, trata-se de uma justificação que (aparentemente, como sugere nossa observação da história das ciências maduras) não estará sujeita a revisão. A solução para isso seria ou uma regressão a estágios anteriores do desenvolvimento da ciência, ou um recurso a instâncias exteriores a ela, o que trairia o naturalismo que Boyd deseja conservar.

Todavia, se considerarmos o problema da justificação e da normatividade de nossas práticas cognitivas como um problema de pragmática da investigação — o que vale para as investigações de todos os pesquisadores, inclusive o epistemólogo —, então tal dificuldade desaparece. Pois segundo nossa análise da pragmática da investigação, seguir normas parece ser um traço característico da investigação tal como podemos observá-la em geral, o que é confirmado por algumas investigações científicas mais especializadas. E, neste sentido, sendo a normatividade vista como um fenômeno local ou tópico, podemos dizer que nossa prática investigativa progressiva permite justificar nossa prática futura, mas apenas isso. Recuperamos a imagem que a ciência atual permite dar — direta ou indiretamente — do conhecimento humano, mas não lhe conferimos nenhum caráter definitivo, isto é, mantemos o falibilismo.

O mesmo valeria dizer em relação, então, aquela dificuldade que levantamos em relação à teoria de Goldman, isto é, de que qualquer tentativa de normatização do conhecimento deveria estar sujeita a futuros desenvolvimentos da própria ciência. Pois poderíamos pensar, de maneira tam-

bém local e provisória, em conjuntos de regras-J, isto é, na constituição do que, na seção precedente, denominamos "canônicas". A análise da pragmática da investigação também sugere que é mais produtivo trabalharmos sob a orientação de canônicas. Entretanto, devemos estar dispostos a revisar qualquer canônica que possamos adotar ou defender, pois tal defesa e tal adoção são meramente provisórias. Uma canônica que adotamos justifica nossas práticas cognitivas ou investigativas apenas nas suas próximas ocorrências, e não para sempre, como desejaríamos.

Por fim, tais canônicas meramente provisórias seriam exatamente aquilo que Quine deseja ao falar de epistemologia aplicada ou engenharia da procura da verdade. Mas a vantagem aqui é que não precisamos falar de nenhuma demarcação entre ciência pura e ciência aplicada, assim como não precisamos também falar de qualquer demarcação entre ciência e filosofia, ou entre pesquisa empírica e pesquisa meramente analítica ou conceitual. A análise da pragmática da investigação sugere, ao contrário, que em todos os ramos do saber, com variações importantes, obviamente, as abordagens analítica ou conceitual e empírica ou observacional estão presentes. E, em ambas, o aspecto normativo se mostra igualmente. Em todos os nossos esforços de investigação, seguimos normas. Contudo, podemos encarar isso apenas de forma pontual e provisória, e dar uma descrição razoável, sem nenhum compromisso com concepções de conhecimento ou de investigação, que são todas problematizáveis e, quando parecem muito razoáveis, talvez devam isso apenas a terem sido derivadas da observação de nossos sucessos científicos ou de um olhar sobre a pragmática da investigação.

Em suma, o problema da normatividade nos parece equivocado ao ser formulado como um problema a respeito

da epistemologia enquanto disciplina. Ao contrário, visto como um aspecto da própria investigação, acreditamos poder manter a normatividade e o naturalismo, evitando os problemas acarretados pelas posições discutidas acima.⁴⁶

Referências

- Armstrong, D M 1973 *Belief, Truth and Knowledge* Cambridge Cambridge University Press
- Ayer, A J 1956 *The Problem of Knowledge* Londres Macmillan
- Boyd, R N 1973 "Realism, Underdetermination, and a Causal Theory of Evidence" *Noûs* 7 1-12
- 1979 "Metaphor and Theory Change: What is 'Metaphor' a Metaphor for?" In Ortony 1979 356-407
- 1980 "Materialism without Reductionism: What Physicalism Does not Entail" In Block, N (org), *Readings in Philosophy of Psychology*, vol 1 Cambridge, Mass Harvard University Press 67-106
- 1981 "Scientific Realism and Naturalistic Epistemology" In Asquith & Giere (orgs), *PSA 80*, vol 2 East Lansing, Mich Philosophy of Science Association 613-62
- 1984 "The Current Status of Scientific Realism" In Leplin 1984a 41-82
- 1985a "Lex Orandi est Lex Credendi" In Churchland, P M e Hooker, C A (orgs), *Images of Science* Chicago The University of Chicago Press 3-34
- 1985b "Observations, Explanatory Power and Simplicity: Towards a non-Humean Account" In Achinstein, P e Hannaway, O (orgs), *Observation, Experiment, and Hypothesis in Modern Physical Science* Cambridge, Mass MIT Press 47-94

- 1985c “The Logician’s Dilemma Deductive Logic, Inductive Inference and Logical Empiricism ” *Erkenntnis* 22 197–252
- 1989 “What Realism Implies and What it Does Not ” *Dialectica* 43 5–29
- 1990 “Realism, Approximate Truth, and Philosophical Method ” In Savage 1990 355–91
- 1991 “Realism, Anti-Foundationalism and the Enthusiasm for Natural Kinds ” *Philosophical Studies* 61 127–48
- 1992 “Constructivism, Realism, and Philosophical Method ” In Earman, J (org), *Inference, Explanation and other Frustrations* Berkeley University of California Press 131–98
- Carnap, R 1936–7 “Testability and Meaning ” *Philosophy of Science* 3 420–68, 4 1–40
- Chisholm, R M 1989 *Theory of Knowledge* Englewood Cliffs, NJ Prentice-Hall
- Cohen, L J *et al* (orgs) 1979 *Logic, Methodology and Philosophy of Science* Amsterdã North Holland
- Cresswell, M J “Can Epistemology Be Naturalized?” *Southwestern Journal of Philosophy* 11 110–18
- Davidson, D 1990 *Inquiries into Truth and Interpretation* Oxford Clarendon Press
- Dutra, L H de A 1993a *Realismo, Empirismo, Naturalismo o Naturalismo nas Filosofias de Boyd e van Fraassen* Tese de doutorado Unicamp
- 1993b “A Crítica de Boyd ao Empirismo e ao Construtivismo ” *Reflexão* 57 119–35
- 1998 *Introdução a Teoria da Ciência* Florianópolis Editora da UFSC
- Fine, A 1984 “The Natural Ontological Attitude ” In Leplin 1994 83–107

- 1986 “Unnatural Attitudes Realist and Instrumentalist Attachments to Science ” *Mind* **95** 149–77
- Fogelin, R T 1997 “Quine’s Limited Naturalism ” *The Journal of Philosophy* XCIV (11) 543–63
- Gettier, E L 1963 “Is Justified True Belief Knowledge?” *Analysis* **23** 121–3
- Goldman, A I 1967 “A Causal Theory of Knowing ” *Journal of Philosophy* **64** 357–72
- 1976 “Discrimination and Perceptual Knowledge ” *Journal of Philosophy* **73** 771–91
- 1980 “The Internalist Conception of Justification ” In French et al (orgs), *Midwest Studies in Philosophy V Studies in Epistemology* Minneapolis University of Minnesota Press
- 1985 “The Relation between Epistemology and Psychology ” *Synthese* **64** 29–68
- 1986 *Epistemology and Cognition* Cambridge, Mass Harvard University Press
- 1987 “Foundations of Social Epistemics ” *Synthese* **73** 109–44
- 1988 “Strong and Weak Justification ” In Tomberlin, J *Philosophical Perspectives* Vol 2 *Epistemology* Atascadero, CA Ridgeview
- 1994a “What is Justified Belief?” In Kornblith 1994a 105–30
- 1994b “Epistemic Folkways and Scientific Epistemology ” In Kornblith 1994a 291–316
- Haack, S 1995 *Evidence and Inquiry* Oxford Blackwell
- Hacking, I 1983 *Representing and Intervening* Cambridge Cambridge University Press
- Hahn, L E e Schilpp, P A (orgs) 1988 *The Philosophy of W V Quine* La Salle, Ill Open Court

- Harman, G 1965 "The Inference to the Best Explanation " *Philosophical Review* 74 88-95
- 1968 "Enumerative Induction as Inference to the Best Explanation " *The Journal of Philosophy* 65 529-33
- Kim, J 1994 "What is 'Naturalized Epistemology'?" In Kornblith 1994a 33-56
- Kornblith, H (org) 1994a *Naturalizing Epistemology* Cambridge, Mass The MIT Press
- 1994b "Introduction What is Naturalistic Epistemology?" In Kornblith 1994a 1-14
- 1994c "Beyond the Foundationalism and the Coherence Theory " In Kornblith 1994a 131-146
- Kostiouk, V N 1979 "Possible Worlds and the Ontology of a Scientific Theory " In Cohen 1979 355-62
- Kripke, S 1980 *Meaning and Necessity* Cambridge, Mass Harvard University Press
- Kuhn, T S 1979 "Metaphor in Science " In Ortony 1979 409-19
- 1990 "Dubbing and Redubbing The Vulnerability of Rigid Designation " In Savage 1990 298-318
- Laudan, L 1984 "A Confutation of Convergent Realism " In Leplin 1994 218-49
- Lehrer, K 1992 *Theory of Knowledge* Londres Routledge
- Leplin, J (org) 1994 *Scientific Realism* Berkeley e Los Angeles University of California Press
- Ortony, A (org) 1979 *Metaphor and Thought* Cambridge Cambridge University Press
- Pollock, J 1987 *Contemporary Theories of Knowledge* Totowa, NJ Rowman & Littlefield
- Putnam, H 1975 *Mind, Language and Reality* Cambridge Cambridge University Press
- 1982 "Why Reason Can't Be Naturalized " *Synthese* 52 3-24

— 1988 “Meaning Holism ” In Hahn & Schilpp 1988 405–26

Quine, W v O 1980 [1953] *From a Logical Point of View* Cambridge, Mass Harvard University Press

— 1960 *Word and Object* Cambridge, Mass The MIT Press

— 1969 *Ontological Relativity and Other Essays* Nova York Columbia University Press

— 1974 *The Roots of Reference* La Salle, Ill Open Court

— 1975a “On Empirically Equivalent Systems of the World ” *Erkenntnis* 9• 313–28

— 1975b “The Nature of Natural Knowledge ” In Guttenplan, S (org), *Mind and Language*, Oxford Clarendon Press

— 1981 *Theories and Things* Cambridge, Mass Harvard University Press

— 1988a, “Autobiography ” In Hahn & Schilpp 1988 pp 3–46

— 1988b, “Reply to Roger F Gibson, Jr ” In Hahn & Schilpp 1988 pp 155–7

— 1988c, “Reply to Morton White ” In Hahn & Schilpp 1988 pp 663–5

— 1993 *Pursuit of Truth* Cambridge, Mass Harvard University Press

— 1995 *From Stimulus to Science* Cambridge, Mass Harvard University Press

Quine, W v O e Ullian, J S 1978 *The Web of Belief* Nova York Random House

Rorty, R 1980 *Philosophy and the Mirror of Nature* Princeton Princeton University Press

Russell, B 1980 [1912] *The Problems of Philosophy* Oxford Oxford University Press

- Savage, C W (org) 1990 *Scientific Theories* Minnesota Studies in the Philosophy of Science, vol XIV Minneapolis University of Minnesota Press
- Smart, J J C 1979 "Difficulties for Realism in the Philosophy of Science" *In* Cohen 1979 363-75
- van Fraassen, B C 1980 *The Scientific Image* Oxford Clarendon Press
- Weston, T 1992 "Approximate Truth and Scientific Realism" *Philosophy of Science* 59 53-74
- White, M 1988 "Normative Ethics, Normative Epistemology, and Quine's Holism" *In* Hahn & Schilpp 1988 pp 649-61
- Worrall, J 1989 "Structural Realism the Best of Both Worlds?" *Dialectica* 43 99-124

Keywords:

Normativity, naturalized epistemology, pragmatics of investigation

Luiz Henrique de A Dutra
C P 5176, Florianopolis, SC
88090-970, Brasil
lhdutra@cfh ufsc br

Notas

¹ Cf Putnam 1982, pp 18ss

² Vale esclarecermos inicialmente que empregaremos aqui o termo 'epistemologia' tanto no sentido mais geral de uma teoria do conhecimento quanto no sentido mais específico de uma filosofia da ciência. Não nos parece haver necessidade de qualquer distinção entre uma teoria do conhecimento humano *em geral* e uma teoria *específica* sobre o conhecimento produzido nas ciências. Segundo Quine, a nosso ver, as investigações científicas apenas melhoram nossas formas comuns de investigação, utilizando ins-

trumentos mais poderosos. Ainda que nas últimas décadas, como alguns comentadores sustentam, a filosofia da ciência e a epistemologia tenham-se distanciado, e possam talvez ser vistas como domínios distintos de investigação filosófica sobre o conhecimento humano, adotando uma atitude naturalista, nosso objetivo é o de reaproximar estas áreas. Assim, além dos méritos próprios das doutrinas de Boyd e Goldman, o leitor pode entender por que desejamos fazer partir nossas discussões de um filósofo da ciência e de um epistemólogo, para remontarmos a Quine — ambos Boyd e Goldman desejam vincular-se a tradição naturalista quineana. Do ponto de vista do naturalismo de Quine — com o qual, parcialmente, nosso próprio ponto de vista coincide —, não nos parece haver razão para separar os dois domínios, mas, ao contrário, para procurar unificá-los.

³ Cf. Putnam 1982, e ainda Kim 1994 e Kornblith 1994b e 1994c.

⁴ O termo 'fundacionalismo', como esclarece Susan Haack (1995, p. 13) pode ser utilizado em três sentidos diferentes referindo-se (a) as teorias da justificação, ou (b) as teorias do conhecimento, ou ainda (c) as teorias metaepistemológicas, isto é, as teorias sobre a natureza da epistemologia. Embora essa distinção seja, em última instância, didática, uma vez que, obviamente, os três tipos de fundacionalismo estão, de fato, associados, ela é útil para compreendermos alguns pontos que abordaremos mais adiante.

⁵ Essa formulação aparece, por exemplo, em Russell 1980 [1912], cap. 12, que já a problematiza. Entretanto, o autor que se notabilizou por desafiar essa concepção, mostrando suas limitações, é Gettier (1963). O artigo de Gettier iniciou um longo e complicado debate entre os epistemólogos, vindo até hoje. Sobre esse ponto retornaremos adiante, ao discutir a posição de Goldman.

⁶ Segundo Gettier, de fato, a concepção tradicional de conhecimento possui três requisitos, como veremos abaixo, que são (i) P é verdadeira, (ii) S acredita que P, e (iii) S está justificado em acreditar que P, nos quais 'P' representa uma proposição qualquer e 'S' um sujeito que nela acredita (cf. Gettier 1963, p. 121). Ao enunciarmos aqui apenas duas condições, estamos implicitamente pressupondo a condição (ii) apontada por Gettier, isto é, que o sujeito acredita naquilo que diz a proposição.

⁷ Embora, obviamente, já tenhamos discussões importantes sobre o conhecimento entre os filósofos gregos (no *Teeteto* de Platão, por exemplo, assim como no *Menon*) e medievais, há os que afirmam que a epistemologia ou teoria do conhecimento, tal como a concebemos hoje, é uma disciplina cujos inícios datam da época moderna, com Descartes e os empiristas ingleses, cf Rorty 1980. Ainda que contestável, a posição de Rorty é interessante, pois nos permite identificar com clareza uma determinada tradição (fundacionalista) de investigação que profissionalizou a epistemologia, passando também por Kant, por exemplo, para chegar aos positivistas lógicos. Um dos próprios fundamentos dessa tradição seria, por exemplo, o mentalismo da concepção dualista do homem, iniciada por Descartes.

⁸ Esta é, aliás, a preocupação expressa por Carnap no início de "Testability and Meaning" (1936-7), para dizer que a noção de confirmação é preferível à noção de verificação. Sabemos que Carnap é o autor principal visado por Quine em suas críticas ao fundacionalismo da epistemologia tradicional e, curiosamente, o que temos aí é a mesma *atitude naturalista*, isto é, a atitude de, primeiro, observar e descrever a ciência real e nossas práticas cognitivas efetivas, como querem Quine, Goldman e Boyd, entre tantos outros naturalistas. De fato, podemos distinguir entre uma mera *atitude naturalista* (que encontramos mesmo em autores que não se dizem naturalistas) e uma posição mais forte em metaepistemologia, que consiste em defender *teses naturalistas*, como, por exemplo, a tese de que a epistemologia é uma ciência empírica, tal como fazem Quine e outros. Sobre esse ponto, cf Dutra 1998, cap. 6.

⁹ Indicamos, em primeiro lugar, os textos do próprio Boyd, listados na bibliografia abaixo, sobretudo Boyd 1981 e 1984. Uma visão geral dessa filosofia da ciência se encontra em Dutra 1993a, caps. 3 e 4. Cf. ainda Dutra 1993b. Para a apresentação sumária que faremos abaixo, vamos nos guiar sobretudo por Boyd 1981 e 1984.

¹⁰ As próprias noções de *ciência madura* e *sucesso da ciência* são matérias de grande controvérsia entre os filósofos da ciência. A este respeito, vale consultar, por exemplo, Laudan 1984.

¹¹ Diversos autores problematizaram esse ponto, como, por exemplo, Smart (1979), Laudan (1984) e Worrall (1989). Além do próprio Boyd, outros, por sua vez, tentaram tornar a noção de verdade aproximada mais clara, como Kostiouk (1979) e Weston (1992). A este respeito, cf Boyd 1976, pp 633ss, 1981, pp 630ss, e 1990, pp 356ss. Cf ainda Dutra 1993a, pp 144–66.

¹² Cf Boyd 1981, p 614. Essa questão, como sabemos, e uma das mais controvertidas sobre o realismo científico, e a seu respeito, vale consultar, por exemplo, van Fraassen 1980 e Hacking 1983.

¹³ Cf Boyd 1979, 1980 e 1990. A posição de Boyd é contestada por Kuhn (1979 e 1990). Cf Kripke 1980 e Putnam 1975, para as apresentações de sua teoria. Cf ainda Dutra 1993a, pp 78ss.

¹⁴ São a este respeito suficientemente claras — e mesmo radicais — as observações de Boyd em, por exemplo, 1981, pp 622ss, e 1984, pp 63ss.

¹⁵ O termo é devido a Peirce, como sabemos, e uma discussão do assunto se encontra em Harman 1965 e 1968, e em Fine 1984. Cf ainda Boyd 1984, pp 65ss. Na versão de Harman, a abdução consiste em, a partir da melhor explicação para um fenómeno, concluir que tal explicação é verdadeira, ou aproximadamente verdadeira, como Boyd prefere dizer.

¹⁶ Cf Boyd 1981, pp 626ss, e 1984, pp 64ss.

¹⁷ Cf Boyd 1981, p 627 e 628, respectivamente, a estes dois últimos respetos.

¹⁸ Cf Boyd 1984, p 65.

¹⁹ Cf Boyd 1989, p 12. Boyd cita ali, além dos textos conhecidos de Quine e Goldman, que vamos discutir abaixo, Armstrong 1973, que também defende uma teoria causal do conhecimento. Sobre as críticas ao fundacionalismo, cf Boyd 1981, pp 623ss.

²⁰ É preciso salientar que a expressão 'justificacionismo *a posteriori*' é nossa, e não de Boyd.

²¹ Cf diversas passagens interessantes em Boyd 1989, como, por exemplo, p 13, e de Boyd 1981, como p 626.

²² Esse é um ponto sobre o qual Arthur Fine insiste, cf Fine 1984 e 1986.

²³ Centramos nossa análise da posição de Goldman em seu livro *Epistemology and Cognition* (Goldman 1986), no qual ele mesmo

reavalia seus trabalhos anteriores, nos quais expos diversas versões de sua teoria causal do conhecimento (como Goldman 1967 e 1976), que ele abandona em favor do *confiabilismo histórico*, a posição defendida no livro acima citado. Por outro lado, Goldman 1985 e o texto em que mais claramente se encontra formulada sua concepção de que deve haver uma colaboração entre diversos tipos de abordagens ao conhecimento e, assim, a convivência da epistemologia normativa com a psicologia empírica, e não a substituição daquela por esta, ao contrário do naturalismo quineano em seu primeiro momento. A estes respeito, cf ainda Kornblith 1984b e Kim 1984.

²⁴ Como indicamos antes, as referências básicas para essa análise do conhecimento se encontram em Russell 1980 [1912] e Gettier 1963. Cf ainda Chisholm 1989, Goldman 1967 e Ayer 1956.

²⁵ Cf Goldman 1967, a segunda análise a que nos referiremos em seguida e apresentada em Goldman 1976 e retomada em Goldman 1984a.

²⁶ Cf Goldman 1985 e 1986, cap 14, inclusive para as observações a seguir.

²⁷ Cf Goldman 1985, pp 43ss, e 1986, pp 2-3 e 306.

²⁸ Cf Goldman 1985, p 33.

²⁹ Cf Goldman 1985, pp 50ss, e 1986, cap 5.

³⁰ Cf Goldman 1986, p 306.

³¹ Cf Goldman 1986, pp 2-3.

³² Cf Quine 1969, cap 3. A ideia de que Quine inverte o problema enfocado pela epistemologia tradicional e toma o conhecimento como questão de fato e defendida em Kornblith 1994b, assim como de que Quine sustenta a tese de substituição da epistemologia (tradicional) pela psicologia (e lingüística). Para as discussões iniciais de Quine, cf ainda Quine 1969, caps 2 e 5 ("Ontological Relativity" e "Natural Kinds," respectivamente).

³³ Cf Quine 1974, sobretudo parte I, onde ele desenvolve detalhadamente a explicação do conhecimento em termos de uma diferença entre a entrada (*input*), ou estimulação sensorial do sujeito, e saída (*output*), uma descrição do mundo tridimensional, o que ele já enunciara em "Epistemology Naturalized."

³⁴ Cf Putnam 1982 Este autor se refere a conversações privadas com Quine, ocasião em que ele teria explicado que não pretendia banir totalmente o normativo do âmbito da epistemologia

³⁵ Cf Quine 1981, cap 4 As críticas de Davidson são apresentadas em "On the Very Idea of a Conceptual Scheme" [1974], cf Davidson 1990, ensaio 13 Para os argumentos de "Two Dogmas of Empiricism," cf Quine 1980 [1953], cap II

³⁶ Cf Quine 1980, cap II, e outras passagens conhecidas nas quais Quine volta ao tema do holismo e da tese de Duhem A este respeito, cf ainda Putnam 1986 e Fogelin 1997, entre outros comentários

³⁷ Cf Cresswell 1981 Para as respostas de Quine, cf Quine 1981, pp 179-81

³⁸ Cf, por exemplo, Lehrer 1992, e Haack 1995 que, por sua vez, não defende o coerentismo, mas o que ela denomina "*foundherentism*"

³⁹ Cf Quine 1993, pp 19-21, e Quine 1995, pp 49-50

⁴⁰ Cf Quine 1993, p 19

⁴¹ Cf van Fraassen 1980, cap 5 Para uma discussão desse ponto em relação a doutrina baconiana, cf Dutra 1998, cap 5

⁴² Cf Quine 1969, pp 126-7

⁴³ Acreditamos mesmo, além disso, que tal epistemologia instrumentalizada seria inteiramente compatível com a concepção baconiana da ciência, da qual Quine, além de outros, se distancia

⁴⁴ Cf Haack 1995, cap 1, e Pollock 1987, cap 1, entre outros

⁴⁵ Esse parece ser o caso da abordagem de Pollock 1987, cap 5 Infelizmente não temos aqui espaço para discutir as idéias de Pollock no referido livro, e apenas um ponto ou outro serão retomados em nossa discussão abaixo, sendo incorporados a nossa própria abordagem, que não se reduz aquela apresentada por esse autor, obviamente

⁴⁶ O presente artigo é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido com apoio do CNPq